

SGD: 2020/30559/125468

JUSTIFICATIVA 49/2020/SES/SADM/DAEES

Palmas, 08 de outubro de 2020.

ASSUNTO: Justificativa para alteração dos itens de equipamentos constantes em propostas habilitadas dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013.

A Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, setor técnico responsável pela gestão da tecnologia e dos equipamentos hospitalares, conduzindo o processo de aquisição dos mesmos desde o início, bem como responsável pelo recebimento e manutenção (preventiva e corretiva) e testes de aceitação dos equipamentos, procedeu a uma revisão sistemática no conjunto de propostas de recursos financeiros do Bloco de Investimentos no âmbito da Portaria GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, alterada pela Portaria MS Nº 163, de 30 de janeiro de 2020, que estendeu o prazo de execução dos recursos financeiros até o dia 31 de dezembro de 2021, e consubstanciada pelo Art. 3º da **RESOLUÇÃO CIT Nº 22, DE 27 DE JULHO DE 2017, emite neste expediente os fundamentos para a utilização dos recursos disponíveis para aquisição de equipamento mais adequados à necessidade atual.**

Resolução CIT Nº 22, de 27 de julho de 2017:

[...]

Art. 3º No caso de frustração do diagnóstico de necessidade que ensejou a definição de um ou mais equipamentos inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde, o ente beneficiário poderá utilizar os recursos disponíveis para aquisição de equipamento ou material permanente mais adequado à necessidade atual, observando as seguintes condições:

I - O equipamento ou material permanente deverá constar na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes - RENEM;

II - Registrar no processo de aquisição os fundamentos normativos e a motivação que ensejaram a alteração dos equipamentos e materiais permanentes inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde;

III - É vedada a alteração destinada à aquisição de equipamentos com alocação condicionada a parâmetros populacionais e/ou de produção; e/ou associado a serviços de alta complexidade que requerem habilitação prévia do MS, e/ou exigem condições especiais para funcionamento com insumos radioativos, a saber:

equipamentos para TRS, mamógrafo, tomógrafo, ressonância magnética, equipamento para medicina nuclear (gama câmara, gama probe, PET CT), equipamentos para radioterapia e outros equipamentos que vierem a ter estabelecido critérios para a alocação.

[...]

Os recursos elencados serão redirecionados parcialmente para aquisição de equipamentos médicos hospitalares (furadeira ortopédica canulada autoclavável, furadeira cirúrgica), e não mais para aquisição dos equipamentos que ensejou a definição inicialmente aprovada pelo Ministério da Saúde, devido a Demanda Reprimida e Obsolescência da maioria dos equipamentos eletro médicos atualmente em uso nas Unidades Hospitalares Estaduais, justificadamente pelo disposto a seguir:

- 1) A aquisição se faz necessária para composição serviço da especialidade de Ortopedia no Hospital de Referência de Gurupi uma vez que, no ano de 2019 foram realizadas 1.197 cirurgias ortopédicas, numa média de 99,75 cirurgias/ por mês. Em 2020, nos três primeiros meses a média de cirurgias/mês resultou em 111, sendo, então, média de 3,7 cirurgias por dia;
- 2) Sabendo-se que a furadeira elétrica é item imprescindível no cotidiano das cirurgias ortopédicas e que a vida útil desta é bastante restrita tendo em vista a necessidade constante de esterilização e o uso forçoso ao qual é submetida, a presente solicitação é bastante pertinente. Segundo Graziano ET AL, em Acta ortop. bras. v.15 n.3 São Paulo 2007, “O artigo que avalia o uso da furadeira elétrica em cirurgias ortopédicas foi publicado em 1988. Os autores admitem que a limpeza pode ser dificultada pela contaminação do motor por material orgânico, e se isso ocorrer, sugerem o descarte do equipamento. Entendemos que a limpeza das furadeiras elétricas empregadas em cirurgias ortopédicas constitui num grande desafio para os profissionais, pois não podem ser submersas em solução de detergente devido às aberturas para ventilação do motor que possibilitam a entrada de água e danos ao mesmo.”;
- 3) Na rotina do HRGurupi, são necessárias 02 furadeiras do tipo canulada autoclavável por mês devido à sua durabilidade. Tais furadeiras são as mais utilizadas por serem economicamente menos dispendiosas. Ocorre que até o final do ano de 2020 serão, então, necessárias 14 furadeiras deste tipo. As furadeiras pneumáticas são as recomendadas por serem mais leves e por ter uma sobrevida de uso muito maior que as do tipo canulada, porém possuem o inconveniente de serem de um valor financeiro maior. Mesmo assim, estão sendo solicitadas 02 unidades das furadeiras pneumáticas para que o serviço não pare ao se esgotar, ocasionalmente, as outras furadeiras e também para que elas sejam auxiliares nos dias em que são realizados mais de 4 procedimentos devido ao tempo de se autoclavar os instrumentais;

- 4) Destarte, sem os instrumentos necessários, há a obstrução dos serviços de atendimento aos pacientes e origina sobrecarga em outras unidades hospitalares do estado devido à necessidade de encaminhamento dos pacientes a outras cidades. Não somente isto, tal transferência onera os cofres públicos na medida em que pacientes encaminhados fazem jus à ajuda de custo originada do Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Esta aquisição auxiliará no padrão de qualidade e assistência prestada aos usuários do SUS dos Hospitais de Referência, ratificando que atualmente o HRGurupi é referência para cerca de vinte (20) municípios, incluindo o atendimento da especialidade citada.

Por fim, explicita-se que o direito público à saúde se apresenta como prerrogativa jurídica contemplada e assegurada a todo cidadão pela Constituição Federal, em seu Art. 196:

- 5) *“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”*

Destaca-se que esta gestão está imbuída do compromisso de utilização e prestação de contas destes recursos que contribuirá para as condições de trabalho da assistência a toda a população do estado.

Diante do exposto, considerando a insuficiência financeira para investimentos em equipamentos específicos, estão sendo redefinidos os tipos de equipamentos a serem adquiridos com os recursos das propostas citadas na tabela anexa, passando a ser adquiridos os equipamentos descritos na mesma.

Esta Secretaria de Saúde, por meio da Gerência de Engenharia Clínica tomará as medidas de ciência a CIR e CIB, conforme estabelece o Art. 6º da Resolução CIT Nº 22, de 27 de julho de 2017 e de explicitar a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG), conforme estabelece o Art. 4º.

[...]

Art. 4º A alteração dos itens constantes na proposta habilitada não requer autorização prévia do Ministério da Saúde, devendo o ente executar dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, bem como observando a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG).

[...]

Art. 6º O gestor de saúde estadual, do Distrito Federal ou municipal encaminhará a alteração dos itens aprovados ou da unidade beneficiada para conhecimento à Comissão Intergestores Regional (CIR), à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF).

[...]

TABELA DE REMANEJAMENTO DE OBJETOS DE PROPOSTAS

| PORTARIA | PROPOSTA | FONTE | SALDO EM CONTA | VALOR A SER USADO | SALDO PARA USO POSTERIOR |
|----------|---------------------|------------|--------------------------|----------------------|-----------------------------|
| 971/2020 | 138490280001/20-004 | 0249002829 | R\$ 21.228.491,76 | R\$ 31.770,00 | R\$ 21.196.721,76 |
| | | | R\$ 21.228.491,76 | R\$ 31.770,00 | R\$ 21.196.721,76 |

Ante o exposto, seguem os autos para prosseguimento do feito.

ASSINADO DIGITALMENTE

LUIZ EDUARDO FREIRE BORGES

Gerente de Engenharia Clínica

ASSINADO DIGITALMENTE

ROSEMEIRE DUARTE TEODORO

Diretora de Arquitetura e Engenharia dos Estabelecimentos de Saúde

ASSINADO DIGITALMENTE

CARLOS FELINTO JÚNIOR

Superintendente de Gestão Administrativa

ASSINADO DIGITALMENTE

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI

Secretário de Estado da Saúde